

EDITAL Nº 01/2019 - PAI-PJ/2019 - GAPRE/PNR/PAI-PJ

SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL PARA PROVIMENTO DE VAGAS EXISTENTES E QUE VIEREM A SURTIR NO PRAZO DE VALIDADE DESTA SELEÇÃO NO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL AO PACIENTE JUDICIÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O Excelentíssimo Desembargador Nelson Missias de Moraes, Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e a Excelentíssima Desembargadora Márcia Maria Milanez, Coordenadora Geral do Programa Novos Rumos do TJMG, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 1º Portaria do TJMG Nº 4195/PR/2018, e na Portaria Conjunta do TJMG nº 297, de 5 de julho de 2013, torna pública a abertura de inscrições para seleção pública de estagiários de pós-graduação com formação em Direito, Psicologia e Serviço Social para provimento de vagas existentes e que vierem a surgir no prazo de validade desta seleção no Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário do Tribunal de Justiça do estado de Minas Gerais.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Poderão participar da seleção pública estudantes de cursos de pós-graduação, graduados em Direito, Psicologia e Serviço Social, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e da Portaria Conjunta do TJMG nº 297, de 5 de julho de 2013.

1.2 A seleção pública será executada e acompanhada pela Comissão do Concurso, ora designada, composta pela magistrada Juíza Dra. Bárbara Isadora Santos Sebe Nardy, e os servidores Fernanda Otoni de Barros Brisset, Kelen Cristina Silva, Liliane Camargos, Márcia da Silva Anunciação Lazarino, Romina Moreira de Magalhães Gomes e Rosângela Dell Amore Dias Scarpelli, sendo o primeiro o seu Presidente.

1.3 As informações sobre o processo seletivo poderão ser obtidas junto ao Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), na Rua Timbiras, nº 1802, Funcionários, Belo Horizonte - MG, CEP 30.140-061, que poderá ser contatado, em dias úteis, por meio dos telefones (31) 3207-5200, das 8 às 17 horas, e pelo *e-mail* paipjtjmg@gmail.com.

1.4 A carga horária para a realização do estágio é de 30 (trinta) horas semanais, com jornada diária de 6 (seis) horas.

1.5 O estagiário fará jus ao recebimento de bolsa de estágio, cujo valor atual é de R\$1.727,55 (um mil setecentos e vinte e sete reais e cinquenta e cinco centavos), e, também, de auxílio-transporte, em pecúnia, em quantia equivalente a 10% (dez por cento) do valor da bolsa de estágio.

1.6 A admissão do candidato aprovado estará condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos: estar cursando pós graduação (especialização, mestrado ou doutorado); estar com matrícula regular; e comprovar a regularidade documental, dentre outros requisitos descritos neste Edital e na Portaria Conjunta do TJMG nº 297, de 5 de julho de 2013.

2. DAS VAGAS E DOS CURSOS

2.1 O processo seletivo ao qual se refere o presente Edital destina-se ao preenchimento das vagas, conforme quadro abaixo.

CURSO	VAGAS
Direito	2+ CR
Psicologia	2+ CR

Serviço Social 7 + CR

2.1.1 O estudante atuará no Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

2.2 Esta seleção pública é destinada ao provimento de vagas de estágio e à formação de Cadastro de Reserva (CR) para as vagas que surgirem durante o período de validade desta seleção.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão realizadas no período de 0h01 de 03/10/2019 até 23h59 de 12/10/2019, pelo endereço eletrônico http://abre.ai/inscricao_paipj

3.2 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e seu Anexo Único e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

3.3 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das regras da seleção pública, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais comunicados ou instruções específicas para a realização do certame, acerca dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.4 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional ou extemporânea, assim como por via postal, fax ou correio eletrônico ou outro meio que não o estabelecido neste Edital.

3.5 Para inscrever-se, o candidato deverá preencher todo o Requerimento de Inscrição.

3.6 O candidato deverá manter o *e-mail* atualizado para eventuais comunicações de caráter informativo, o que não o desobriga de acompanhar o andamento da seleção pública no *Diário do Judiciário eletrônico (DJe)*, Seção: Administrativo, 2ª Instância, e no Portal TJMG, em www.tjmg.jus.br, clicar em Cidadão>Transparência>Seleção de Estagiários>Belo Horizonte (Direito, Psicologia e Serviço Social Pós-Graduação).

3.7 O TJMG não se responsabiliza por falha na entrega de mensagens eletrônicas causada pelo preenchimento incorreto do endereço eletrônico, por problemas no provedor de acesso do candidato ou qualquer outro problema no recebimento do *e-mail*.

3.8 Não haverá cobrança de valor para inscrição.

4. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA E DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

4.1 Aos candidatos com deficiência, inscritos nesta modalidade, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pelo art. 10 da Portaria Conjunta do TJMG nº 297, de 5 de julho de 2013, bem como pelo § 5º do art. 17 da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, é assegurado o direito de concorrer às vagas reservadas, conforme estabelecido neste Edital.

4.1.1 O candidato que se declarar com deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos, de acordo com a legislação aplicável e o previsto neste Edital.

4.2 Nos termos da Portaria Conjunta do TJMG nº 297, de 5 de julho de 2013, 10% (dez por cento) das vagas existentes e das que vierem a surgir ou que forem criadas, dentro do prazo

de validade deste certame, serão reservadas aos candidatos com deficiência aprovados na seleção pública regida por este Edital.

4.3 O percentual de vagas para os candidatos inscritos como deficientes será sempre arredondado quando resultar de um número fracionário, sendo que, se este for uma fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), o arredondamento será feito para o número inteiro subsequente; e, se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos), para o número inteiro anterior.

4.4 A quinta, a décima quinta, a vigésima quinta vagas, e assim sucessivamente, ficam destinadas aos candidatos inscritos como deficientes, no prazo de validade da seleção pública.

4.5 Caso não existam candidatos com deficiência classificados em número suficiente para preenchimento das vagas existentes e que vierem a surgir durante o prazo de validade desta seleção pública, serão convocados candidatos da lista geral.

4.6 Para fins de identificação da deficiência, adotar-se-á a definição contida no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou a Lei nº 7.853, de 14 de outubro de 1989, com as alterações advindas do Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, bem como a Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

4.7 A inscrição do candidato com deficiência dar-se-á de acordo com o estabelecido no item 3 deste Edital, devendo o candidato, ainda, ao preencher o "Requerimento de Inscrição", proceder da seguinte forma:

- a. informar se é pessoa com deficiência;
- b. informar o tipo da deficiência;
- c. especificar a deficiência;
- d. manifestar interesse em concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência;
- e. apresentar original ou cópia autenticada em tabelionato de notas de laudo médico expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores ao término das inscrições, nas formas definidas no item 4.11 deste capítulo, no qual seja atestada:
 - e.1) a espécie;
 - e.2) o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID);
- f) informar se necessita de condições diferenciadas para a realização das provas e indicá-las. O laudo médico apresentado servirá para a análise da condição diferenciada solicitada.

4.8 Terá a sua inscrição processada apenas como candidato de ampla concorrência e não poderá alegar posteriormente a condição de deficiente para reivindicar a prerrogativa legal o candidato com deficiência que:

- a. não cumprir com o determinado neste Edital;
- b. não preencher no "Requerimento de Inscrição" o campo específico sobre o interesse em concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência;
- c. não apresentar o laudo médico nas formas definidas na alínea "e" do item 4.7 deste capítulo;

d. não apresentar laudo médico com data de emissão;

e. não apresentar o laudo médico no prazo estipulado.

4.9 O candidato com deficiência que não tiver interesse em concorrer às vagas reservadas poderá fazê-lo por responsabilidade pessoal, informando essa opção no "Requerimento de Inscrição", e concorrerá somente às vagas de ampla concorrência, não podendo alegar posteriormente a condição de deficiente para reivindicar a prerrogativa legal.

4.10 O candidato com deficiência que não tiver interesse em concorrer às vagas reservadas e que necessitar de condições diferenciadas para a realização das provas deverá proceder conforme o capítulo 5 deste Edital.

4.11 O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência deverá, também, no prazo estabelecido para as inscrições, apresentar o laudo mencionado na alínea e do subitem 4.7 deste Edital, pessoalmente ou por meio de seu procurador, no Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), na Rua Timbiras, nº 1802, Funcionários, Belo Horizonte - MG, CEP 30.140-061, que poderá ser contatado, em dias úteis, por meio dos telefones (31) 3207-5200, das 8 às 17 horas, ou por SEDEX, no endereço supracitado.

4.12 O candidato deve considerar o último dia do período de inscrição como prazo máximo para postagem ou entrega do documento, atentando-se para os horários de funcionamento das agências dos Correios e o horário de atendimento constante do item 4.11 deste Capítulo.

4.12.1 A apresentação do laudo médico é de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.12.2 O laudo médico apresentado terá validade somente para esta seleção pública e não será devolvido.

4.12.3 O procurador do candidato que se declarar deficiente poderá apresentar procuração por instrumento particular, desde que possua firma reconhecida em tabelionato de notas.

4.13 A critério do TJMG, quando da admissão, o candidato deficiente poderá ser submetido a perícia médica, a ser realizada pela Gerência de Saúde no Trabalho (GERSAT).

4.13.1 Na perícia médica, a Gerência de Saúde no Trabalho (GERSAT) poderá exigir novos exames e testes complementares.

4.13.2 O candidato que se declarou deficiente quando da inscrição, mas que, após a análise do atestado médico e/ou da perícia médica, não foi considerado deficiente, será excluído da respectiva lista de classificação, passando a figurar apenas na lista geral.

5. ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DIFERENCIADAS/TEMPO ADICIONAL PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

5.1 O candidato que não estiver concorrendo às vagas reservadas a pessoas com deficiência e que, por alguma razão, necessitar de condição diferenciada para a realização das provas, deverá informar no "Requerimento de Inscrição" as condições de que necessita e entregar laudo médico original que comprove a necessidade da condição especial, no período de inscrição, pessoalmente, por meio de seu procurador, no Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), na Rua Timbiras, nº 1802, Funcionários, Belo Horizonte - MG, CEP 30.140-061 que poderá ser contatado, em dias úteis, por meio dos telefones (31) 3207-5200, das 8 às 17 horas, ou por SEDEX, no endereço supracitado.

5.2 O candidato inscrito como pessoa com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização da prova poderá solicitá-lo, entregando requerimento por escrito, acompanhado

de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência que justificará a necessidade do tempo adicional solicitado pelo candidato, até o término do período de inscrições, na forma especificada no item 5.1 deste capítulo.

5.3 O atendimento às condições diferenciadas para a realização das provas, bem como o tempo adicional solicitado pelo candidato com deficiência inscrito, ficarão condicionados à análise da legalidade, devendo ser observada a viabilidade e a possibilidade técnica examinada pela Gerência de Saúde no Trabalho (GERSAT).

5.4 A não solicitação de condições diferenciadas para a realização da prova, conforme disposto neste Edital, poderá implicar a não concessão destas ao candidato, não lhe cabendo qualquer reivindicação diante do indeferimento.

5.5 O resultado da análise dos pedidos de condições diferenciadas e/ou tempo adicional será divulgado no *Diário do Judiciário eletrônico (DJe)*, Seção: Administrativo, 2ª Instância, e no Portal TJMG em www.tjmg.jus.br, Cidadão>Transparência>Seleção de Estagiários>Belo Horizonte (Direito, Psicologia e Serviço Social - Pós-graduação).

5.6 A fundamentação do indeferimento ficará disponível para a consulta do candidato, no Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), na Rua Timbiras, nº 1802, Funcionários, Belo Horizonte - MG, CEP 30.140-061 que poderá ser contatado, em dias úteis, por meio dos telefones (31) 3207-5200, das 8 às 17 horas.

6. COMPROVANTE DEFINITIVO DE INSCRIÇÃO

6.1 Ao confirmar sua inscrição, o Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI) será enviado ao *e-mail* informado pelo candidato.

6.2 No CDI, estarão expressos o nome completo do candidato, o número do documento de identidade, a data do nascimento, a data, o horário e o local de realização das provas, e outras orientações úteis ao candidato.

6.3 A consulta e a impressão do CDI são de exclusiva responsabilidade do candidato que tiver sua inscrição efetivada.

6.3.1 Caso o candidato não consiga obter o CDI, deverá entrar em contato com o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), na Rua Timbiras, nº 1802, Funcionários, Belo Horizonte - MG, CEP 30.140-061 que poderá ser contatado, em dias úteis, por meio dos telefones (31) 3207-5200, das 8 às 17 horas.

6.4 É obrigação do candidato conferir no CDI seu nome, o número do documento de identidade utilizado na inscrição e a data de nascimento.

6.5 Eventuais erros de digitação ocorridos no nome do candidato, no número do documento de identidade utilizado na inscrição, na sigla do órgão expedidor ou na data de nascimento, constatados após o período de inscrição, deverão, obrigatoriamente, ser comunicados no Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), na Rua Timbiras, nº 1802, Funcionários, Belo Horizonte - MG, CEP 30.140-061 que poderá ser contatado, em dias úteis, por meio dos telefones (31) 3207-5200, das 8 às 17 horas, por meio de telefone, ou ao aplicador de provas, no dia, no horário e no local de realização das provas, para anotação no Relatório de Ocorrências, mediante a apresentação do documento de identidade.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE A INSCRIÇÃO

7.1 É de inteira responsabilidade do candidato a veracidade das informações prestadas no ato de preenchimento do Requerimento de Inscrição.

7.1.1 O TJMG exime-se de responsabilidade sobre quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, inexatas ou incompletas fornecidas pelo candidato no Requerimento de Inscrição.

7.2 O Requerimento de Inscrição é intransferível, de modo que em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de transferência de inscrição.

8. PROVAS

8.1 A seleção pública para preenchimento das vagas de estágio Programa de atenção Integral ao Paciente Judiciário do TJMG, existentes e que vierem a surgir, durante o prazo de validade do certame, será composta de prova objetiva, cujos conteúdos estão dispostos no Anexo Único deste Edital.

DIREITO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 17 QUESTÕES

NOÇÕES DE INFORMÁTICA 03 QUESTÕES

PSICOLOGIA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 17 QUESTÕES

NOÇÕES DE INFORMÁTICA 03 QUESTÕES

SERVIÇO SOCIAL

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 17 QUESTÕES

NOÇÕES DE INFORMÁTICA 03 QUESTÕES

8.2 Cada questão de múltipla escolha conterá 4 (quatro) opções de resposta, das quais apenas 1 (uma) será correta.

8.3 A nota da prova objetiva de múltipla escolha será calculada à razão de um ponto por acerto.

8.4 Será considerado eliminado da seleção pública o candidato que não alcançar o mínimo de 30% (trinta por cento) do total de pontos atribuídos ou que tiver obtido nota 0 (zero) em qualquer um dos conteúdos que compõem a prova objetiva de múltipla escolha.

8.5 O gabarito oficial da prova objetiva será publicado no *Diário do Judiciário eletrônico (DJe)*, Seção Administrativo, 2ª Instância, e, no Portal TJMG, Cidadão > Transparência > Seleção de Estagiários > Belo Horizonte (Direito, Psicologia, Serviço Social - Pós-graduação).

9. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

9.1 As provas ocorrerão no dia 03/11/2019, início às 10 horas, e terão duração de 2 (duas) horas.

9.1.1 O tempo de duração das provas abrange também a assinatura e transcrição das respostas para a Folha de Respostas.

9.1.2 Em nenhuma hipótese haverá prorrogação do tempo de duração das provas, respeitando-se as condições previstas neste Edital.

9.1.3 Em nenhuma hipótese será permitido ao candidato prestar as provas fora da data, do horário estabelecido ou do local determinado.

9.2 Os candidatos deverão comparecer ao local designado para a realização das provas com, no mínimo, 1 (uma) hora de antecedência do horário fixado para o seu início.

9.3 O candidato deverá comparecer munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta e do comprovante de inscrição.

9.4 Será obrigatória a apresentação de documento de identidade oficial com foto que permita a identificação segura do candidato para a realização das provas.

9.4.1 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação, pelos Corpos de Bombeiros Militares e pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo com foto).

9.4.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteiras de motorista (modelo sem foto); carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade; documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

9.4.3 O CDI e o *e-mail* de convocação não terão validade como documento de identidade.

9.5 O candidato somente poderá deixar a sala durante a realização das provas mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.

9.6 As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os candidatos ou a utilização de aparelhos eletrônicos (*beep*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *palmtop*, *notebook*, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo *databank*, gravador, *pager*, etc.), livros, anotações e similares.

9.7 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento implicará a eliminação automática do candidato.

9.8 Será eliminado o candidato que:

- a) tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes;
- b) estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas a esta seleção pública, por qualquer meio, durante a realização das provas;
- c) usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros;
- d) portar arma no local de realização das provas, ainda que de posse de documento de licença para o respectivo porte;
- e) portar, mesmo que desligados, ou fizer uso, durante o período de realização das provas, de qualquer equipamento eletrônico ou de instrumentos de comunicação interna ou externa;
- f) fizer uso de livros, códigos, manuais, impressos e anotações;

g) deixar de atender as normas contidas nos Cadernos de Provas, na Folha de Respostas e demais orientações expedidas, durante a realização da(s) prova(s);

h) deixar de entregar a Folha de Respostas das provas objetivas, findo o prazo limite para realização da(s) prova(s);

i) registrar a identificação em quaisquer das provas, em local diverso do indicado para tal finalidade.

9.9 Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

9.10 Na correção da Folha de Respostas, serão computadas como erros as questões não assinaladas, as que contenham mais de uma resposta e as rasuradas, ainda que inteligíveis.

9.11 O candidato não poderá danificar a Folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.

9.12 Será considerada nula a Folha de Respostas que estiver marcada ou escrita a lápis, bem como a que possuir qualquer forma de identificação do candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade.

9.13 Ao final do tempo para realização das provas, os 2 (dois) últimos candidatos deverão permanecer no recinto, sendo somente liberados após presenciarem o lacre de todo o material, mediante assinatura de termo formal.

9.14 A última folha do Caderno de Provas, denominada folha de rascunho, poderá ser utilizada para anotação do gabarito. Essa folha e as folhas de prova objetiva poderão ser levadas pelo candidato ao final da realização da prova.

9.15 Ao terminar a prova, ou findo o horário limite para a sua realização, o candidato entregará ao fiscal de sala, obrigatoriamente, a primeira folha do Caderno de Provas, devidamente preenchida e assinada, e sua Folha de Respostas.

9.16 O candidato não poderá identificar-se no espaço destinado à resposta definitiva, sob pena de eliminação.

9.17 Caso exista a necessidade de ausentar-se para atendimento médico ou hospitalar, o candidato não poderá retornar ao local de prova.

10. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

10.1 A classificação será efetuada por ordem decrescente do total de pontos obtidos pelos candidatos.

10.2 Caso haja empate, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

a) tiver idade igual ou superior a 60 anos, conforme art. 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741/2003;

b) obtiver maior pontuação em conhecimentos específicos da prova objetiva de múltipla escolha;

c) tiver maior idade.

10.2.1 Persistindo o empate, será realizado sorteio.

10.3 Os candidatos aprovados serão convocados, durante o prazo de validade da seleção, à medida que surgirem vagas, seguindo-se a ordem de classificação.

10.4 A classificação final será divulgada no *Diário do Judiciário eletrônico (DJe)*, Seção Administrativo, 2ª Instância, e no Portal TJMG em www.tjmg.jus.br, no Portal TJMG, Cidadão>Transparência>Seleção de Estagiários>Belo Horizonte (Direito, Psicologia e Serviço Social - Pós-graduação), em duas listas, contendo a primeira a classificação de todos os candidatos, inclusive a dos candidatos com deficiência, e, a segunda, somente a classificação destes últimos.

11. DOS RESULTADOS E DOS RECURSOS

11.1 Caberá interposição de recurso fundamentado dirigido à Comissão de Concurso contra as seguintes decisões:

- a. indeferimento de condição diferenciada;
- b. indeferimento da inscrição nas vagas reservadas aos deficientes;
- c. gabarito e questões da prova objetiva de múltipla escolha;
- d. classificação final, desde que se refira a erro de cálculo da pontuação obtida.

11.2 O prazo para a interposição do recurso a que se refere o item 11.1 deste capítulo será de 5 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação do objeto do recurso.

11.3 O recurso mencionado no item 11.1 deste capítulo deverá ser apresentado ao Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), na Rua Timbiras, nº 1802, Funcionários, Belo Horizonte - MG, CEP 30.140-061 que poderá ser contatado, em dias úteis, por meio dos telefones (31) 3207-5200, das 8 às 17 horas.

11.3.1 O candidato deve considerar o último dia do período recursal como prazo máximo para postagem ou entrega dos recursos, atentando-se para os horários registrados no item 11.3 deste capítulo, bem como para o horário de funcionamento das agências dos Correios.

11.3.2 O procurador poderá interpor o recurso mediante a apresentação de procuração por instrumento particular, desde que possua firma reconhecida em tabelionato de notas.

11.4 O recurso deverá ser entregue em um envelope tamanho ofício, fechado, identificado externamente, em sua face frontal, com os seguintes dados: seleção pública para estagiários, ref. recurso contra (citar o objeto do recurso), nome completo e número de inscrição do candidato.

11.5 O recurso contra gabarito e questões da prova objetiva de múltipla escolha deverá ser apresentado com obediência às seguintes especificações:

- a) com identificação do candidato apenas na capa do recurso;
- b) com argumentação lógica e consistente;
- c) com indicação do número da questão recorrida, da resposta do gabarito oficial e da resposta marcada pelo candidato, quando se tratar do recurso descrito na alínea "c" do subitem 11.1.

11.6 Não serão conhecidos os recursos:

- a) interpostos coletivamente;

b) sem a devida fundamentação;

c) intempestivos;

d) com a identificação do candidato no corpo do recurso, exceto quando se tratar de recurso contra o indeferimento de condição diferenciada, o indeferimento da inscrição nas vagas reservadas aos deficientes e a classificação final, desde que se refira a erro de cálculo da pontuação obtida.

11.7 A decisão sobre o deferimento ou indeferimento dos recursos a que se refere este capítulo será divulgada no *Diário do Judiciário eletrônico (DJe)*, Seção: Administrativo, 2ª Instância, e no Portal TJMG em www.tjmg.jus.br> Cidadão>Transparência>Seleção de Estagiários>Belo Horizonte (Direito, Psicologia e Serviço Social - Pós-Graduação).

11.8 A decisão dos recursos não será objeto de reexame.

11.9 Os pontos relativos a questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que fizeram a prova e não obtiveram pontuação nas referidas questões conforme o primeiro gabarito oficial, independentemente de interposição de recursos.

11.10 Os candidatos que haviam recebido pontos nas questões anuladas, após os recursos, terão esses pontos mantidos sem receber pontuação a mais.

11.11 Na ocorrência do disposto no item 11.9 poderá haver alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior.

11.12 No caso de alteração do gabarito, poderá ocorrer a eliminação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida.

11.13 Após a divulgação de que trata o subitem 11.7 deste capítulo, a fundamentação da decisão sobre o recurso ficará disponível para consulta individualizada do candidato no Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), na Rua Timbiras, nº 1802, Funcionários, Belo Horizonte - MG, CEP 30.140-061 que poderá ser contatado, em dias úteis, por meio dos telefones (31) 3207-5200, das 8 às 17 horas.

12. CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS

12.1 O preenchimento das vagas existentes e das que vierem a surgir até o período de validade da seleção pública será realizado de acordo com a ordem de classificação, observado o período em curso e o turno disponível para estágio, registrado no "Requerimento Eletrônico de Inscrição".

12.1.1 Caso a jornada de estágio seja incompatível com o horário de atividade escolar ou a vaga de estágio exija período superior ao cursado pelo estudante, o candidato convocado permanecerá na lista de classificação até o surgimento de vaga compatível.

12.2 Os candidatos com deficiência serão convocados de acordo com a respectiva lista de classificação, ressalvada a hipótese de melhor classificação na lista geral de candidatos.

12.3 A convocação para o preenchimento das vagas de estágio será realizada pela EJEF/DIRDEP/GESFI/COEST, mediante publicação no *Diário do Judiciário eletrônico (DJe)*.

12.3.1 As listas dos candidatos convocados serão publicadas pelo *Diário do Judiciário eletrônico (DJe)*, Seção: Administrativo, 2ª Instância, e no Portal TJMG em www.tjmg.jus.br>Cidadão>Transparência>Seleção de Estagiários>Belo Horizonte (Direito, Psicologia e Serviço Social - Pós-graduação).

12.3.2. Após a publicação a que se refere o subitem 12.3 deste Edital, será encaminhado *e-mail* ao estudante, com informações e esclarecimentos.

12.3.2.1 Será considerado o endereço de *e-mail* registrado quando da inscrição, sendo de responsabilidade do candidato manter sempre atualizados seus dados.

12.3.2.2 O TJMG não se responsabiliza por *e-mails* retornados em função de caixa cheia, endereço eletrônico desatualizado ou não localizado, incorreto, desabilitado, mensagem bloqueada pelo *Firewall*/Antivírus.

12.4 O candidato terá até 9 (nove) dias úteis, a contar da convocação, para providenciar e apresentar a documentação necessária para o ingresso nas atividades de estágio, a saber:

a. cópia da carteira de identidade e do CPF;

b. declaração original da instituição de ensino superior, contendo informação sobre a matrícula e datas de início e término da especialização;

c. declaração do estudante indicando agência e conta corrente, em estabelecimento bancário definido pelo TJMG, para depósito dos valores relativos à bolsa de estágio e ao auxílio-transporte;

d. declaração do estudante informando se é parente, até o terceiro grau, inclusive, de magistrado do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ou de servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento;

e. uma foto 3x4;

f. Diploma de graduação (Direito, Psicologia e Serviço Social);

g. certificação digital, se solicitado.

12.5 Será remanejado para o final da lista de aprovados o candidato que requerer seu remanejamento para o final da lista de classificação, mediante envio de *e-mail* ou correspondência à EJEJ/DIRDEP/GESFI/COEST;

a. após ser convocado, não comparecer à EJEJ/DIRDEP/GESFI/COEST com a documentação a que se refere o subitem 12.4 deste Edital, no prazo de até 9 (nove) dias úteis, a contar da data da convocação;

b. não tiver disponibilidade de exercer as atividades no local em que a vaga foi apontada.

12.6 O candidato que desistir formalmente do estágio será excluído da lista de classificação.

12.7 Será eliminado da seleção pública o candidato que se recusar a observar as condições estipuladas pelo TJMG e aquele que não preencher todos os requisitos exigidos, nos termos deste Edital.

12.8 Quando da convocação dos últimos candidatos classificados, inexistindo a possibilidade de remanejamento, os candidatos que não apresentarem a documentação no prazo determinado ou recusarem formalmente a vaga oferecida serão considerados desistentes.

12.8.1 O candidato que não formalizar a recusa à vaga, a que se refere o item 12.8, no prazo de 2 (dois) dias úteis, será considerado desistente.

12.9 A critério do TJMG, poderão ser convocados candidatos em número superior ao de vagas de estágio existentes.

13. CONDIÇÃO PARA INÍCIO DAS ATIVIDADES

13.1 Serão admitidos apenas os estudantes de pós graduação que estiverem, no momento da contratação, regularmente matriculados, em instituição cadastrada na EJEJ/DIRDEP/GESFI/COEST.

13.2 Considerando que o limite máximo de estágio no TJMG é de 2 (dois) anos, o estudante aprovado na seleção que já tenha estagiado no TJMG somente será readmitido se possível a contratação por período superior a 6 (seis) meses, salvo se autorizado pelo setor de lotação do estagiário.

13.2.1 O estudante que já estagiou no TJMG e que, eventualmente, for readmitido, terá descontado o tempo de estágio já realizado, nos termos do art. 11 da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

13.3 O candidato aprovado na seleção pública e convocado para preencher a vaga ingressará no Programa de Estágio do TJMG, por meio de celebração de Termo de Compromisso de Estágio, no qual estarão estabelecidas as condições para a realização do estágio, nos termos da Portaria Conjunta do TJMG nº 297, de 5 de julho de 2013.

14. DA VALIDADE DA SELEÇÃO PÚBLICA

14.1 A classificação final desta seleção pública será homologada pela 2ª Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEJ.

14.2 A seleção pública terá validade de 1 (um) ano, a contar da homologação, podendo ser prorrogada, a critério do TJMG, por igual período.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 É vedada a realização de estágio por estudante que possua vínculo profissional ou de estágio com advogado ou sociedade de advogados, que seja policial civil ou militar, que seja titular de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal ou que seja ocupante de cargo integrante dos quadros de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeira Instância do Estado.

15.1.1 Nos termos do art. 5º da Portaria Conjunta do TJMG nº 297, de 5 de julho de 2013, a duração do estágio não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estágio para pessoa com deficiência.

15.2 É vedada, nos termos do disposto no Enunciado Administrativo nº 7, do Conselho Nacional de Justiça, de 21 de junho de 2007, a contratação de estagiário para servir subordinado a magistrado ou a servidor ocupante de cargo de direção ou de assessoramento que, eventualmente, lhe seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

15.3 A realização do estágio não estabelece vínculo empregatício do estudante com o TJMG.

15.4 O acompanhamento da divulgação deste Edital e de comunicados relacionados à seleção pública é de responsabilidade exclusiva do candidato.

15.5 Não serão aceitos apresentação de documentos ou interposição de recursos via fax, telex, telegrama, correio eletrônico ou outro meio não especificado neste Edital.

15.6 Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de quaisquer recursos ou documentos após as datas e em desacordo com as formas estabelecidas neste Edital.

15.7 Para contagem do prazo de apresentação de documentos e interposição de recursos, excluir-se-á o dia da divulgação e incluir-se-á o último dia do prazo estabelecido neste Edital, desde que dia útil, sendo prorrogado, em caso contrário, para o primeiro dia útil subsequente.

15.8 A comprovação da tempestividade da apresentação de documentos e de recursos será feita pela data do protocolo de recebimento ou da postagem do SEDEX nos Correios.

15.9 O TJMG não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça o recebimento de documentos ou recursos quando enviados por SEDEX.

15.10 Os recursos deverão ser apresentados de uma única vez, não se admitindo complementação, suplementação, inclusão e/ou substituição durante ou após os prazos estabelecidos neste Edital.

15.11 Até a homologação da seleção pública, o candidato deverá atualizar seus dados pessoais (*e-mail*, telefone, endereço, horários disponíveis para realização do estágio, etc.) e obter informações e orientações referentes à seleção pública junto ao Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), na Rua Timbiras, nº 1802, Funcionários, Belo Horizonte - MG, CEP 30.140-061 que poderá ser contatado, em dias úteis, por meio dos telefones (31) 3207-5200, das 8 às 17 horas.

15.12 Após a homologação da seleção pública, o candidato deverá atualizar seus dados pessoais (*e-mail*, telefone, endereço, horários disponíveis para realização do estágio, etc.) e obter informações e orientações referentes à seleção pública junto à Coordenação de Recrutamento, Seleção e Acompanhamento de Estagiários (COEST), situada na Rua Guajajaras, nº 40 - 19º andar, Centro, Belo Horizonte - MG, CEP 30180-100 - coest@tjmg.jus.br - telefones: (31) 3247-8970 e (31) 3247-8423.

15.13 A constatação, a qualquer tempo, de irregularidade, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração implicará, ainda que homologado o concurso, a anulação da inscrição do candidato, bem como de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

15.14 Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pela Comissão do Concurso, no âmbito de suas atribuições, ouvida, no que couber, a Coordenadora Geral do Programa Novos Rumos do TJMG.

15.15 Integra este Edital Anexo Único correspondente ao Conteúdo Programático.

Belo Horizonte, 23 de setembro de 2019.

ANEXO ÚNICO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas.
2. Direitos Humanos e direitos fundamentais.

3. Direito Constitucional.
4. Princípios penais infraconstitucionais.
5. Processo Penal.
6. Execução Penal.
7. Medida de Segurança: Fundamentos e individualização:
 - Da Assistência Psicoterapêutica no Brasil.
 - Reforma Psiquiátrica e reflexões sobre conceito de periculosidade.
 - A aplicação de Medida de Segurança a partir do modelo proposto pela Lei n. 10.216/2001, como garantia de direito fundamental.
8. Medida de segurança e Lei de Drogas
9. RESOLUÇÃO Nº 633/2010 do TJMG e suas alterações, dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Programa Novos Rumos, no âmbito do Tribunal de Justiça, e sua implementação em todas as comarcas do Estado de Minas Gerais.
10. Lei de Drogas:
 - Legislação brasileira referente ao uso de drogas e políticas públicas.
11. Estatuto da criança e do Adolescente.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. Conceitos básicos de informática.

PSICOLOGIA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Código de ética do Psicólogo.
2. Lei n.º 10.216, de 06/04/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.
3. Reforma Psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil.
4. Saúde mental, ordem pública e as soluções singulares de tratamento.
5. A psicose ordinária e as outras.
6. A droga do toxicômano e a política pública de redução de danos.
7. A transferência no manejo e acompanhamento ao paciente judiciário.
8. O PAI-PJ como um dispositivo conector - funcionamento do Programa

9. Política de atenção integral ao paciente judiciário - Singularidade, responsabilidade e laço social. Princípios orientadores do Programa.

10. Política de articulação das redes - a intersetorialidade.

11. Fala, linguagem, discursos.

12. Presunção de periculosidade, presunção de sociabilidade: mitos e práticas.

13. A clínica dos nós, a invenção sintomática.

14. O ato jurídico como operador clínico.

15. Clínica do acompanhamento terapêutico e o território.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Conceitos básicos de informática.

SERVIÇO SOCIAL

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. O Serviço Social e o enfrentamento das expressões contemporâneas da expressão social.

2. Código de Ética profissional do assistente social.

3. Regulamentação do exercício profissional.

4. Serviço Social e saúde mental.

5. Serviço Social e Interdisciplinaridade.

6. Elaboração de estudos sociais, laudos e pareceres.

7. Lei 12.435 de 06/07/2011, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

8. Lei n.º 8.742, de 07/12/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

9. Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, que dispões sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

10. Lei n.º 10.216, de 06/04/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

11. Lei n.º 8.069 de 13/07/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente: linhas de ação, diretrizes e entidades. Medidas de proteção à criança e ao adolescente. Da prática do ato infracional. Das medidas pertinentes aos pais ou responsável.

12. Programa De Volta Pra Casa - Lei 10.708 de 31/07/2003, que institui o auxílio reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações.

13. Serviço Residencial Terapêutico - Portaria 3090 de 23/12/2011 que estabelece que os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs), sejam definidos em tipo I e II, destina recurso financeiro para incentivo e custeio dos SRTs, e dá outras providências.

14. Política de Previdência Social: Aposentadorias, pensão, auxílio reclusão e auxílio doença.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. Conceitos básicos de informática.